



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

ATA DA 3ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2020

Ata da 3ª Reunião de Avaliação da Estratégia 2020, realizada no dia 15 de dezembro de 2020, às 10 horas, por videoconferência, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. PARTICIPANTES

Lista de participantes anexa.

2. PROGRAMAÇÃO

- Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020
- Planejamento Estratégico de TIC
- Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020 – Resultado Parcial
- Metas Nacionais do Poder Judiciário 2021
- Prêmio CNJ de Qualidade

3. APRESENTAÇÃO

Assunto:
APRESENTAÇÃO

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica

Iniciando a Reunião de Avaliação da Estratégia, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional.

A realização da reunião é prevista na Resolução 198 do CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional para o Poder Judiciário, e na Resolução Administrativa 25/2014 do TRT6, que instituiu o Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, sendo ainda, um dos critérios para pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade, além de constar como uma boa prática de Governança pelo Tribunal de Contas da União.

Em seguida, destacou que na reunião serão apresentados o acompanhamento do Planejamento Estratégico TRT6, Nesta reunião será apresentado o acompanhamento do Planejamento Estratégico do TRT6, o acompanhamento do Planejamento Estratégico de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), o desempenho nas Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2020, As Metas Nacionais do Poder Judiciário aprovadas para 2021 e o resultado do Prêmio CNJ de Qualidade. Ressaltando que a apresentação é referente ao período entre janeiro a novembro de 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Assunto:

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6
2015-2020**

Responsável:

Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa
Mancinelli Faustino Vila Nova
Chefe da Seção de Projetos Estratégicos

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do TRT6 2015/2020. por meio da ferramenta eletrônica Observatório do TRT6, informando que o Observatório está disponível na Intranet do Tribunal e objetiva auxiliar na divulgação das informações e no aprimoramento da gestão.

Destacando o acompanhamento dos resultados pela leitura do Mapa Estratégico, a representação gráfica da estratégia definida para o Tribunal,

No tocante aos Objetivos Estratégicos relacionados aos Temas Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Atuação Institucional, monitorados pelos indicadores de governança (iGov, iGovPessoas e iGovTI), destacou que como informado na última RAE, em razão da não realização do Levantamento de Governança pelo TCU em 2020, decorrente da pandemia do Novo Coronavírus, estes indicadores não terão apuração de seus resultados neste exercício, conforme orientação do CSJT.

No Tema Infraestrutura e Tecnologia, o Objetivo Estratégico “Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial” tem como indicador o Índice de Clima Organizacional (ICO), apurado pelo resultado obtido na Pesquisa de Clima Organizacional. que também não será realizada neste ano. Ressaltando, mais uma vez, que em 2018, já foi alcançado o índice de 81% de satisfação, acima da meta estipulada. No Tema Orçamento, o Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia” traz o indicador Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) relacionado à Meta “Aumentar o índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 10 pontos percentuais, até 2020”. A média obtida no TRT6 neste período foi de 61,93%, assim para 2020, a Meta para o Tribunal é de alcançar o índice de 71,93%.

Até novembro deste ano, o Tribunal alcançou o índice de 61,23%, abaixo da meta parcial prevista para o mês de 65,95%.

Segundo informações da Secretaria de Orçamento e finanças, devido à situação atípica causada pela pandemia do Coronavírus, verificou-se, para o exercício de 2020, maior grau de risco quanto ao alcance da meta do IEOD. Em conformidade com a orientação da alta administração, foram adotadas várias medidas necessárias para o ajuste do planejamento inicial.

Dentre elas, destacam-se as reuniões periódicas para análise da execução orçamentária e o levantamento realizado junto aos gestores da economia orçamentária do exercício, especialmente, às relacionadas à suspensão das atividades, indicando, assim, com antecedência, valores disponíveis para utilização em outras demandas.

Essas ações foram incluídas no Plano de Tratamento de Risco do Processo de Gestão Orçamentária e auxiliaram na identificação de necessidade de alterações orçamentárias, que culminaram em pedidos de crédito adicional para remanejamento de valores do Grupo de Despesas Correntes para o Grupo de Despesas de Capital com o objetivo de adquirir



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

equipamentos de tecnologia da informação, substituir os equipamentos de refrigeração (condicionadores de ar) antigos, de reforço para as ações de Assistência Médica e Odontológica, e de Aposentadorias e Pensões Civis da União. Essas alterações reduziram a base de cálculo para a obtenção do Índice.

Com essas medidas, e a política de realizar o pagamento da maioria dos contratos de dezembro no próprio mês, além de reduzir o valor das inscrições em Restos a Pagar, ocasiona um acréscimo em relação às despesas liquidadas no exercício. Assim, a perspectiva é que o IEOD alcançará aproximadamente 71%, ficando ainda um pouco abaixo da meta estipulada para o exercício que é de 71,94%.

Entretanto, em resposta à demanda da SEOFI/CSJT, que solicitou apuração de sobras orçamentárias para remanejamento para as ações de pessoal, o Tribunal indicou um valor de sobra, nas ações que compõem a base de cálculo do IEOD, deste montante, parte já foi utilizada, como já exposto, mas ainda resta um saldo.

Apesar de ter sido indicado como sobra, esse saldo continua fazendo parte do orçamento do TRT6. No momento em que for utilizado pelo CSJT, como fonte de recursos de crédito adicional para pagamento de despesas com pessoal, deste ou de outros Regionais, o índice de execução do orçamento disponibilizada alcançará um percentual em torno de 79%.

No tema Atuação Institucional, no Objetivo "Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo" temos o indicador Índice de Divulgação da Mídia (IDM) relacionando a Meta "Manter em 90% ou mais o índice de divulgação positiva na mídia." mensurando tanto as notícias divulgadas pela Divisão de Comunicação como as mídias espontâneas.

No período de janeiro a novembro de 2020, a Divisão de Comunicação Social (DCS) do TRT-PE conseguiu superar a meta de 90% em todos os meses. Em janeiro e fevereiro, o índice ficou um pouco acima (91%) da meta, devido a aspectos como o recesso regimental, o período de Carnaval, a baixa realização de ações e eventos (típico no início do ano). A partir de março, os números começaram a ser compensados – o que fez com que o IDM atingisse, em março e abril, o valor de 97%, com destaque para as notícias sobre teletrabalho, Covid-19 e paralisação de rodoviários, número que foi repetido nos meses de julho e setembro, com a maior presença do Tribunal na mídia, esclarecendo dúvidas relacionadas a direitos e deveres do trabalhador durante a pandemia.

De janeiro a novembro foram registradas 3.260 notícias, sendo 83% produzidas e 17% espontâneas. 95% das notícias foram positivas e apenas 5% foram neutras ou negativas. O Canal institucional mais utilizado para divulgação foi o Portal do TRT-PE, seguido da rede social Twitter. A maior divulgação espontânea ocorreu em sites e blogs.

Foi observada pela Divisão de Comunicação uma necessidade de maior transparência e visibilidade das ações do Tribunal, pelas unidades, devido ao contexto da pandemia do novo Coronavírus, a partir de março deste ano. As unidades, do Regional, passaram a demandar cada vez mais a divulgação das suas atividades e desempenhos, como forma de prestar contas à sociedade.

Por outro lado, em razão da instabilidade econômica e do mercado de trabalho, houve muita demanda de veículos de imprensa externos para a colaboração do TRT-PE nos esclarecimentos de direitos trabalhistas relacionados ao atual contexto da pandemia, exigindo um maior esforço para atendimento a essas solicitações no menor tempo possível e com a maior qualidade de informação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

O monitoramento das notícias veiculadas é realizado diariamente identificando a necessidade de esclarecimentos para minimizar o impacto das notas negativas que saem nas mídias, a divulgação maior de notícias do TRT e envio de comunicados para imprensa local.

Dando continuidade, o Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa, Luiz Eduardo Moura de Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente aos Objetivos Estratégicos impactados pelos indicadores da atividade fim do Regional.

Ainda dentro da perspectiva de Processos Internos, no tema Atuação Institucional, passou a apresentar o OE "Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo". Nesse OE a Meta 04 é a única meta a impactar o planejamento estratégico. Foi observado que em 2020 o TRT6 obteve um índice de conciliação acumulado até novembro de 50%, atingindo a meta estabelecida para o período. O TRT6, de forma inédita, está cumprindo a meta proposta, destacando que, em virtude do afastamento social provocado pela pandemia da COVID-19, houve um aumento das soluções no 1º grau através do instituto da conciliação.

Em seguida, passou para o tema Eficiência Operacional, onde o OE "Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional" é o mais impactado pela atividade fim do TRT6. Destacou que 07 (sete) Metas impactam diretamente neste objetivo e são acompanhadas pelos indicadores: TMDP2, TMDP1c, IPJ, IPA, IACJ1, IACJ2 e IRA. A Meta 07 que visa reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª Instância é mensurada pelo indicador TMDP2. O desempenho do TRT6, neste indicador, vem evoluindo historicamente a partir do 1º ano do atual ciclo estratégico. Em 2015 se encontrava com farol vermelho, ou seja, com percentual de cumprimento inferior a 80%, evoluindo de maneira satisfatória até atingir o farol verde em 2018 e ratificando o bom desempenho até o mês de novembro de 2020. Observou, ainda, que o TRT06 atingiu o prazo médio de 66 para julgar um processo no 2º grau, ficando com um prazo inferior ao previsto (79 dias), bem como inferior ao prazo estabelecido pela cláusula de barreira, que é de 138 dias, inferindo que o TRT06 como um dos melhores desempenho a nível nacional.

Logo em seguida, passou para o indicador 08, TMDP1c, que pela primeira vez neste ciclo estratégico atingiu a meta estabelecida. Para 2020 o previsto é de 299 dias e o prazo atual está em 268, incluindo o TRT6 no farol verde desse indicador a partir de março de 2020, ratificando a tendência de queda desse indicador, que tem como objetivo fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Os indicadores 09 e 10, IPJ e IPA, respectivamente, têm o propósito de acompanhar o julgamento dos processos na fase de conhecimento, estando ligados diretamente à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, alinhando-se à celeridade processual prevista neste OE. A Meta 09, que visa julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano, tem o seu desempenho acompanhado pelo IPJ e vinha sendo cumprido desde o ano de 2016. Contudo, foi pontuado que por motivos excepcionais e tendo a pandemia como fator primordial, essa meta não vem sendo cumprida pela maioria dos regionais, ficando o TRT6 com um percentual de cumprimento de 91%, até novembro de 2020. Já a Meta 10, que tem como objetivo identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, teve o seu desempenho no farol amarelo desde 2018, estabilizando em cerca de 98% de percentual de cumprimento nos últimos 02 anos do atual planejamento estratégico. Contudo, em 2020, após várias ações integradas, principalmente pela Corregedoria Regional, no tocante ao acompanhamento mais específico dos processos pendentes em cada unidade judiciária, pode-se dar efetividade na solução dos processos pendentes, tendo como resultado o cumprimento



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

desta meta a partir do mês de agosto, estabelecendo o patamar de 94% em novembro de 2020.

Os indicadores 11 e 12, IACJ1 e IACJ2, respectivamente, também com foco na celeridade processual visam à redução dos processos de conhecimento em ações coletivas da 1ª e 2ª Instâncias. Os indicadores mostram um desempenho semelhante no julgamento das ações coletivas em ambas as instâncias, onde apenas no ano de 2016 houve divergência pelo não cumprimento da meta na 1ª Instância e também no ano de 2019. Já em 2020 ambas as metas estão sendo cumpridas até o mês de novembro.

Finalizando a análise deste OE, o Indicador 13 (IRA) acompanha a meta de redução em 2% do acervo dos 10 maiores litigantes em relação ao ano anterior. Historicamente o TRT6 tem cumprido essa meta sem maiores dificuldades, superando, até novembro de 2020, o percentual alvo da meta. O Chefe do Núcleo de Estatístico lembrou, ainda, que este indicador é aferido concomitantemente em ambas as Instâncias, e que, o desempenho positivo de uma pode fomentar o desempenho negativo da outra e vice-versa. Esta análise também é válida para os indicadores IPJ e IPA.

Logo após, passou à análise do tema Acesso à Justiça e Efetividade, dentro da perspectiva Sociedade. Este tema encontra-se, no mais alto nível do plano estratégico, por esse motivo o objetivo de “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho” passa a ter bastante relevância no desempenho institucional. Os indicadores IE – Índice de Execução e o IAM – Índice de Alcance de Metas aferem o desempenho estratégico do TRT6 para o alcance das Metas 01 e 02, respectivamente. A Meta 01 busca aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Sociedade do nosso plano estratégico sendo acompanhada pelo IE. Este indicador teve desempenho positivo a partir do ano de 2016. Contudo, até novembro de 2020, com percentual de cumprimento de apenas 79% esta meta demonstra a dificuldade na baixa de processos na execução e que pelos mesmos motivos elencados no IPJ, a maioria dos tribunais trabalhistas também não está conseguindo atingir a meta estabelecida. Já a Meta 02, acompanhada pelo IAM, tem a propriedade de demonstrar, de forma sistêmica, o sumário do desempenho de todos os indicadores que compõem o planejamento estratégico. A síntese do desempenho pode ser acompanhada pela evolução no percentual de cumprimento deste indicador que iniciou no farol vermelho, no 1º ano do planejamento estratégico, evoluindo positivamente para o farol verde a partir de 2017 e se firmando neste patamar até o presente momento.

Por fim, o referido servidor demonstrou o potencial da atual ferramenta de acompanhamento do planejamento estratégico, onde a análise macro dos indicadores pode ser mitigada até o nível de unidade judiciária do 1º grau, vinculando o acesso direto ao relatório de Metas Nacionais do CNJ através do sistema “Acerte à Meta”, já disponível no Observatório do TRT6.

Para dar continuidade ao acompanhamento dos resultados do Planejamento Estratégico, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte retornou à exposição, com o tema Acesso à Justiça e Efetividade, no Objetivo Estratégico “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”, apresentando o Indicador Índice de Alcance das Metas (IAM), um indicador sintético, que mede o cumprimento das Metas do TRT6 no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, com a Meta “Atingir a pontuação entre 55 e 61 até 2020”. Para 2020, a Meta foi ajustada em razão da não apuração dos indicadores de governança para “Atingir a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

pontuação entre 55 e 61”. Até agosto de 2020, o TRT6 apresenta o resultado de 56 pontos. (Metas cumpridas: IPA, ICONc, IACJ1, IACJ2, IRA, TMPD1, PTMDP2).

Chegando ao último Tema Responsabilidade Socioambiental com o Objetivo Estratégico “Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional.” O indicador Índice de Alcance das Metas Socioambientais (IAMS) que mede o cumprimento das Metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS).

No PLS instituído para o período de 2019-2021, foram estabelecidas 16 metas relacionadas aos temas socioambientais. Até novembro de 2020, 11 (onze) metas foram atingidas com elevado percentual de redução. observa-se que por se tratar de bens de consumo e serviços, a redução significativa se deu em virtude do trabalho remoto. São elas: papel A4, copos descartáveis, água envasada (Garrafão de 20 litros), parque de impressão, telefonia, serviços postais, água, energia, serviços de limpeza, vigilância e combustível.

Como consequência do trabalho remoto e do isolamento social, as ações de algumas metas foram prejudicadas, como a Implantação da Coleta Seletiva em 100% das unidades, capacitação do corpo funcional e ações de qualidade de vida. Duas metas estão pendentes de apuração Contratações sustentáveis e Consumo de insumos de impressão. Quanto ao consumo de insumos de impressão, embora sua apuração não tenha sido realizada mensalmente, o exercício das atividades em trabalho remoto sugere um possível êxito. Assim, observa-se, até novembro, um desempenho no IAMS de 68,75%, acima da Meta estabelecida para 2020 de 65%.

Em continuidade, Elisabete Duarte acrescentou que a execução dos Programas e Projetos Estratégicos contribuem para o alcance dos Objetivos Estratégicos, informando que os desempenhos dos programas e projetos estratégicos serão apresentados pelo chefe da Seção de Projetos Estratégicos Mancinelli Vila Nova.

Assim, o servidor Mancinelli Vila Nova, apresentou a situação do Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos do Tribunal ressaltando o bom desempenho na execução, onde do montante de 17 programas, observa-se: 2 Programas cancelados na revisão técnica do planejamento em 2017, 9 Programas concluídos e 6 Programas em execução, com a previsão de 3 serem encerrados até o fim do exercício e os demais até início de março de 2021.

A constituição dos programas em 2020 teve 23 projetos com esta situação: 3 suspensos (motivo pandemia), 17 concluídos e 3 em execução.

Foram apresentados alguns detalhes deste desenvolvimento na sequência iniciando com o Programa Estratégico Excelência das Atividades com dois projetos “Apoio Educacional ao Período de Isolamento Social – Área Administrativa” e “Apoio Educacional ao Período de Isolamento Social – Área Judiciária” gerando um valor importante na capacitação dos servidores para proporcionar competências e conhecimentos que propiciem o melhor atendimento e resultado no cenário pandêmico.

O Programa de Governança em Gestão de Pessoas concluiu em 2020 4 projetos: Fortalecer Governança em Gestão de Pessoas; Promover Melhorias no PROGECOM; Aprimorar o Programa de Talentos e Implantação do Programa de Gestão do Clima Organizacional trazendo os benefícios no Aprimoramento na gestão de pessoas com foco na valorização do servidor, reconhecimento dos talentos e recompensando os resultados.

O Programa de Comunicação Institucional concluiu o Projeto Formalizar o Manual de Redação gerando o benefício de ser orientada a uma linguagem padronizada de maneira



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

clara, objetiva e apropriada ao público. É importante destacar que ele servirá de modelo para fundamentar um documento maior, de mesma natureza, a ser desenvolvido nacionalmente, em conjunto, pelas diversas assessorias de comunicação dos Tribunais do Trabalho do país.

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho concluiu o projeto Implantação do Programa de Saúde Odontológica com Foco em Diagnóstico propiciando o benefício de fomentar e proporcionar qualidade de vida aos servidores e magistrados através do diagnóstico precoce e da prevenção.

O Programa de Gestão de Riscos Institucionais obteve em 2020 com o Projeto Levantamento de Riscos dos Processos Administrativos o importante benefício de garantir a continuidade da prestação de serviços minimizando os efeitos ou a ocorrência de eventos de riscos nos processos de trabalho administrativos, assim como resguardar os servidores e magistrados dos efeitos do novo Coronavírus.

O Programa de Adequação e Manutenção da Infraestrutura de TIC finalizou dois projetos: Contratação da Telefonia Móvel e Contratação da Telefonia Fixa garantindo os canais e meios de comunicação de áudio aos servidores e magistrados contribuindo para uma prestação eficiente dos serviços demandados, importante destacar que a licitação para telefonia fixa se dará em meados de 2021.

O Programa de Governança de TIC finalizou em 2020 os projetos: Elaboração do PDTIC 2021 e o Portal de Governança de TIC, ressaltando no último excelente benefício de proporcionar, a partir de canal eletrônico, a transparência e prestação de contas do uso de recursos públicos nas aquisições, projetos, processos organizacionais e serviços de tecnologia a informação e comunicação. Certamente esse benefício será expandido a outra área ou tema.

Finalizando a exposição do portfólio com o Programa Gestão Documental e Memória com 4 projetos: Projeto Implantação de Plataforma do Memorial Digital, Projeto Implementação da Classificação Informação Sigilosa de Ativos de TI, Projeto Implantação do Sistema de Gerenciamento de Acervo Histórico (ICA-Atom) e Projeto Implantação de Visitação Virtual. O grande benefício e valor agregado foram permitir aos cidadãos meios e ferramentas que proporcionem o acesso prático, fácil e rápido do acervo de dados, informações e fatos históricos da Justiça do Trabalho, garantindo também a segurança dos ativos de informação.

Assunto:
**METAS NACIONAIS PARA 2020 DO PODER
JUDICIÁRIO**

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

Luiz Eduardo iniciou a apresentação sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário apresentando o desempenho do TRT6 por meio do Painel Acesse a Meta e de maneira objetiva demonstrou, ainda, o painel das metas de 2020, onde das 09 metas ali estabelecidas apenas 02 (duas) ainda não foram atingidas pelo TRT6 até esse momento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

A atenção ficou voltada para as Metas 1 e 5 que diferentemente dos anos anteriores não estão sendo cumpridas. A situação positiva apontada foi no cumprimento inédito da Meta 3 e da Meta específica da Justiça do Trabalho - TMDP1c que pela primeira vez estão sendo cumpridas dentro do atual ciclo estratégico.

Para 2020, ainda foram estabelecidas as Metas 9, 10 e 11 para o Judiciário, com aspecto qualitativo.

A Meta 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário - Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030, destaca a importância das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas, para o Poder Judiciário.

Como já apresentado na última RAE, para o cumprimento da Meta 9 foi definido que os Tribunais escolhessem um assunto dentre os mais recorrentes na relação da Tabela de classificação processual, relacionado a um dos ODS e que para esse assunto fosse elaborado um plano de ação com o objetivo de prevenção ou desjudicialização.

No TRT6, foi escolhido na TPU o Assunto: Direito do Trabalho – Acidente de trabalho, na temática relacionada à segurança do trabalho e prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, relacionado ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Para a Meta 9, no TRT6, foram designados como gestores o Desembargador Fábio Farias e a Juíza Ana Freitas, gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro.

O Plano de Ação foi elaborado e enviado ao CNJ. Todas as atividades previstas no Plano de Ação foram executadas, proporcionando o cumprimento da Meta 9 pelo TRT6.

O Painel da Meta 9 para acompanhamento das ações relacionadas ao tema está disponível no Portal do Tribunal. Para 2020, não houve meta de redução de acervo, apenas de realização de ações. Várias atividades foram executadas, como eventos virtuais, a realização do congresso de trabalho seguro, programas de rádio, como também, ações da corregedoria solicitando a priorização de processos relacionados ao tema na semana de conciliação. Dessa forma, a meta foi cumprida no TRT6.

A Meta 10 - Promover a saúde de magistrados e servidores - Promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. As ações para o alcance dessa Meta foram acompanhadas pelo Núcleo de Saúde com o apoio do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TRT6.

Para o cumprimento da meta é necessário a realização de pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência dos casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior.

Segundo informações do Núcleo de Saúde, o adoecimento mental foi identificado como principal causa de absenteísmo de magistrados e servidores. No TRT6, foi promovida palestra sobre "A ciência da felicidade, o ambiente de trabalho e o bem-estar", durante a Jornada Institucional. Assim, seguindo o critério de cumprimento, esta Meta foi cumprida pelo Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

A Meta 11 - Promover os direitos da criança e do adolescente -Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil. Para esta Meta, o Tribunal deverá realizar Plano de ação visando o combate ao trabalho infantil e executá-lo.

O acompanhamento e a definição das ações para o alcance desta Meta, diante da pertinência temática, foram realizados por meio do Programa Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT6, com o plano de ação conduzido pelo Desembargador Paulo Alcântara e pela juíza Andrea Keust. Para o cumprimento dessa Meta o Tribunal definiu plano de ação visando ao combate do trabalho infantil, o qual foi totalmente executado como previsto e os resultados encontram-se divulgados no portal do TRT6.

Assim, conforme o critério de cumprimento do glossário do CNJ esta meta encontra-se cumprida.

Assunto:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC

Responsável:

Adriano Pinheiro de Sousa

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

Alessandro Alcides de Souza

Chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI

Representando a Secretaria de Tecnologia da Informação, o chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI, Alessandro Alcides de Souza, iniciou cumprimentando todos os magistrados, servidores e autoridades presentes. Esclareceu que todas as apurações apresentadas, teriam como referência o mês de Novembro deste ano. Inicialmente foram apresentados os indicadores da perspectiva Resultado, onde todas as metas foram atingidas, com exceção do ISUI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos e do ISUE - Índice de Satisfação dos Usuários Externos, que possuem meta anual e não foram apurados até o momento, pois dependem de pesquisa aplicada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O ISUISTI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI teve resultado parcial de 94,78%, superior a meta de 85%. O ISUSS - Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas teve o resultado parcial de 88,84% da meta de 80% e o ISPS - Índice de Satisfação com os Projetos de Software teve resultado de 100%, superior à meta de 90% e evidenciando a melhora na qualidade dos sistemas desenvolvidos pela equipe interna do TRT6.

Continuando com a perspectiva de Processos Internos, Alessandro informou que o IAPDSSI - Índice de Adequação aos Padrões de Desenvolvimento e de Sustentação de Sistemas de Informação teve um resultado 77,14%, inferior à meta de 100%. Tal indicador foi impactado em função dos arquitetos de sistemas do nosso Tribunal terem sido disponibilizados para colaborar em projetos nacionais, não sendo possível aprimorar a arquitetura de software do TRT6 neste exercício.

O ISETIRG - Índice de Serviços Essenciais de TI com Riscos Gerenciados alcançou a meta estabelecida de mais dois serviços essenciais com riscos tratados. Para o iGovTI - Índice de Governança de TI, cabe destacar que utilizamos no nosso planejamento a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

apuração realizada pelo TCU que já informou da impossibilidade de realizar a avaliação de maturidade de governança em 2020, em razão da pandemia. A última avaliação realizada foi em 2018 e obtivemos o resultado de 0,72, ficando no nível APRIMORADO, nível máximo de classificação daquele órgão de controle. Este nível era nossa meta para 2020 e já alcançamos desde 2017.

O CNJ também faz o diagnóstico de maturidade em gestão, governança e infraestrutura de TIC e foi confirmado o resultado de 0,91 colocando o TRT6 no nível de EXCELÊNCIA em gestão, governança e infraestrutura de TIC e primeiro lugar dentre os Tribunais da Justiça do Trabalho. No CNJ, a escala possui um nível a mais, se comparada ao TCU.

Em relação ao ICPCSTI - Índice de Cumprimento do Plano de Comunicação da STI, Alessandro apresentou o resultado de 79,17%, muito próximo da meta estabelecida de 80% e informou que ações estão sendo tomadas para fechar o ano com mais esse indicador com meta alcançada. O IDSI - Índice de Divulgação em Segurança da Informação, já teve neste ano todas as ações previstas devidamente realizadas, alcançando um resultado de 100%. O resultado acumulado para o IIPPJE - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT e o IINPPJE - Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe-JT permaneceram dentro das metas estabelecidas, entretanto, devido a uma grande atualização em fevereiro e o aumento no volume de chamados técnicos em março e abril para viabilizar o trabalho remoto em virtude da pandemia, o ISI - Índice de Solução dos Incidentes do PJe teve um leve impacto com resultado acumulado de 80,90%, ficando muito próximo da meta acumulada de 80%. A STIC está acompanhando muito de perto as ações que impactam nesse indicador, para mantê-lo acima da meta.

Continuando com a perspectiva de Processos Internos, Alessandro apresentou o IPPP - Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTIC, que obteve resultado de 67,50%, um pouco abaixo da meta de 70%. Ele explicou que esse indicador reflete o número de demandas que chegam à STIC, sem um planejamento prévio, graças a mudanças de legislação ou cenário não previsto anteriormente. Já o IEPDTIC - Índice de Execução do PDTIC - obteve um resultado parcial de 86,21%, superando a meta anual de 80%.

Na perspectiva Recurso, coube destaque para os indicadores de capacitação técnica e capacitação gerencial, ICT e ICG, com meta de 60% e 75% respectivamente já atingida para 2020, em razão de ação da Escola Judicial - EJ6 na contratação de plataforma EAD. Seus resultados acumulados até o momento são respectivamente de 76,27% e 88%. Alessandro fez questão de registrar o agradecimento em nome da STIC ao diretor da EJ6, Des. Ivan Valença, por toda ajuda na execução do Plano de Capacitação que refletiu no IEPAC - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação de TIC, com um resultado de 75% até o momento. Lembrou que esse índice sofreu impacto devido à necessidade de algumas capacitações na área de infraestrutura de TIC não terem como ser realizadas na modalidade a distância.

O ICEM - Índice de Conformidade à Estrutura Mínima de TIC, que mede o grau de conformidade do quadro de pessoal e da estrutura organizacional da STIC, definido na RES. CNJ 211/2015, monitora a força de trabalho necessária para atendimento das demandas de TIC do TRT6. O resultado de 81,67% reflete um déficit no número de colaboradores na STIC, a exemplo das diversas equipes de tecnologia da JT e das demais unidades do Tribunal. Servidores estão se aposentando, ou migrando para outras áreas do Tribunal, e não há possibilidade de nomeação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

O ICIM – Índice de Conformidade à Infraestrutura de TIC, que mede a adequação da infraestrutura de TIC para atender às demandas oriundas da execução da estratégia do TRT6 e aos normativos legais, atualmente tem resultado de 96,15%, mas as ações necessárias para atingir a meta de 100% já foram tomadas. A expectativa é equipar as salas de audiência do Tribunal com equipamentos de maior qualidade na captação do áudio e vídeo para realização das audiências virtuais ou mistas, entretanto, muito provavelmente isso não poderá ser feito esse ano em virtude dos fornecedores estarem enfrentando dificuldades para produção e entregas dos equipamentos. Várias justificativas dos fabricantes e distribuidores estão sendo enviadas para os diversos Tribunais.

Para todos os indicadores orçamentários, a expectativa é que, com a conclusão dos processos licitatórios e a chegada dos equipamentos de infraestrutura e microinformática adquiridos, possamos liquidar (pagar) nossas faturas de investimento e conseqüentemente melhorar nossos índices orçamentários. A projeção é que a execução orçamentária deste ano seja prejudicada, caso os equipamentos de tecnologia adquiridos em licitações realizadas, não sejam entregues pelos fornecedores tempestivamente.

Alessandro destacou alguns projetos e/ou ações de TIC, entregues ao longo do ano, e informou que ainda encontram-se em andamento 6 projetos e ações de TIC, além de todas as atividades operacionais do cotidiano da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6. A expectativa é que todos sejam concluídos ainda esse ano, com exceção do projeto de implantação da FolhaWeb, que teve um pedido de adiamento por parte da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a expectativa é que seja concluído em Março de 2021.

Devido aos recentes eventos de ataques cibernéticos ocorridos nos órgãos públicos, Alessandro destacou um grande mutirão que foi realizado pela equipe técnica no nosso Tribunal para mitigar riscos de segurança da informação. A STIC revisou todas as recomendações de SI, estabelecidas pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov), que faz parte do Departamento de Segurança de Informação (DSI) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Registrou que algumas políticas mais rigorosas deverão ser implantadas ao longo dos próximos dias, tudo para aumentar a segurança dos dados do TRT6.

Já se aproximando do final de sua fala, Alessandro mostrou que até o dia anterior a RAE, foram atendidos pela Central de Serviços de TIC cerca de 24.215 chamados técnicos, sendo que aproximadamente metade desses são de atendimento ao Sistema Judicial Eletrônico e seus módulos satélites. Aproveitou para agradecer o empenho de todos os grupos solucionadores, internos ou externos a STIC, que buscam soluções aos problemas e dúvidas nos serviços de TIC.

Ao final, Alessandro concluiu sua apresentação agradecendo a atenção de todos e devolveu a palavra à Coordenadora de Gestão Estratégica.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Assunto:

**METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO
APROVADAS PARA 2021**

Responsável:

Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica

Iniciando a apresentação das Metas Nacionais aprovadas para o exercício de 2021, a Coordenadora de Gestão Estratégica observou que O CNJ vem buscando tornar o processo de formulação das Metas Nacionais mais democrático e participativo e a cada ano vem buscando aperfeiçoar esse processo, a fim de torná-lo mais transparente e possibilitando maior envolvimento das pessoas.

Em seguida, apresentou vídeo exibido durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 26 e 27 de novembro, demonstrando o processo de elaboração das Metas nacionais para 2021, coordenado pelo CNJ. Destacando que ao final do processo as 2021 foram aprovadas pelos presidentes dos tribunais.

Destacou que as Metas para 2021 foram definidas alinhadas a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021-2026, buscando-se definir metas que produzam efeitos positivos nos indicadores de desempenho e de produtividade.

Dando continuidade, apresentou as Metas Nacionais aprovadas para o segmento da Justiça do Trabalho.

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2021: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento de 40% e cláusula de barreira na fase de execução de 65%.

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Meta 10 – Promover a saúde de magistrados e servidores

Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Assunto:
PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica

No tocante ao Prêmio CNJ de Qualidade, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que em 2020, o desempenho dos órgãos da Justiça foi avaliado seguindo os critérios divididos em quatro eixos temáticos – Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia.

Os tribunais foram reconhecidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade nas categorias “Diamante”, “Ouro” e “Prata”, refletindo os resultados obtidos pelos órgãos nos anos de 2019-2020. A premiação contou com a participação de todos os tribunais, incluindo os superiores, tendo o resultado sido anunciado durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Em seguida exibiu o vídeo do resultado da premiação, apresentado durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, produzido pelo CNJ.

A coordenadora destacou o resultado do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade recebido pelo TRT da 6ª Região, obtendo o 4º lugar no segmento da Justiça do Trabalho e a primeira colocação na categoria Ouro.

Acrescentando o resultado obtido por Eixo Temático: Governança – 65,71%, Produtividade – 72,18%, Transparência – 83,33% e Dados e Tecnologia – 98,93%.

Destacou ainda, os principais resultados positivos por eixo temático. No eixo Governança, Realização das RAEs, Realização dos Processos Participativos para elaboração das Metas Nacionais, Atuação das comissões: Comitê de Priorização do Primeiro Grau, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e Comissão Permanente de Segurança. No eixo Produtividade, Resultado IPCjus – acima da média nacional, Resultado do Tempo Médio de Tramitação dos Processos e Cumprimento das Metas Nacionais. No eixo Transparência, Posição do TRT6 no Ranking Transparência (85,27% - 11ª colocação) e Atendimento a Ouvidoria do CNJ. No eixo Dados e Tecnologia, Alimentação de sistemas de Metas e do Justiça em Números, DataJud, Implantação e tramitação de processos no PJe, Atuação da TI e Avaliação Governança de TI no nível de Excelência.

Ao final o TRT6 obteve o Resultado Final de 957 pontos - 82,86% - Categoria OURO.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Assunto:
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Valdir José Silva de Carvalho**

Finalizando a Reunião de Avaliação da Estratégia o Presidente Valdir Carvalho cumprimenta e agradece a Vice Presidente Dione Furtado, a Juíza do Trabalho Laura Botelho, Presidente da AMATRA, o advogado Leonardo Camelo, Presidente da AATP, e em nome dele agradece a presença de todos os advogados.

Parabeniza a Coordenadoria de Gestão Estratégica pelo diagnóstico apresentado do Tribunal com bastante objetividade apontando as dificuldades e os pontos de excelência demonstrando o retrato real do TRT6, agradecendo aos expositores: Elisabete Duarte, Luiz Eduardo, Mancinelli Vila Nova, Adriano Pinheiro e Alessandro Souza.

O Presidente destacou que no período do seu mandato o Tribunal permaneceu no mesmo patamar de excelência recebido da gestão do então Presidente Ivan Valença, com o Selo Ouro de Qualidade, ressaltou que irá entregar a futura Presidente Clara Saboya com o Selo Ouro em um patamar um pouco acima dos anos anteriores, sendo O TRT6 o quarto melhor Tribunal do Trabalho do país e o primeiro lugar no Selo Ouro.

Destacou ainda que numa visão mais ampla, o TRT6 tem o sexto melhor desempenho entre os 90 Tribunais Nacionais, e é por esse desempenho que agradece a todos os Juízes, servidores, terceirizados, estagiários e menores aprendizes, pois todos são responsáveis por esse resultado.

Fez um destaque especial da liderança da Corregedora Clara Saboya pelo desempenho da Corregedoria e do 1º grau, enaltecendo ainda que o TRT6 foi um dos primeiros a retomar as audiências presenciais no cenário pandêmico, a partir de outubro. Diante desse quadro, agradece a absolutamente todos os Juízes do Trabalho.

VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

Coordenação da Reunião

ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica